



# Audiência Pública para debater o processo de relicitação do Aeroporto Internacional de Viracopos

Outubro de 2025

## Linha do tempo

# Atuação do TCU no Aeroporto de Viracopos



dez/2012

Acórdão 157/2012-P. TCU aprovou o edital da concessão do aeroporto de Viracopos à iniciativa privada. Leilão ocorreu em fev/2012 e o Consórcio Aeroportos Brasil ganhou o direito de administrar o aeroporto por 30 anos.



ago/2023

Acórdão 1593/2023-P. Consulta do Ministério de Aeroportos ao TCU sobre a possibilidade de desistência da relicitação. TCU decide pela possibilidade se tiver acordo entre as partes.



fev/2025

Acórdão 431/2025-TCU-Plenário realizou a diligência para a ANAC para se manifestar sobre a contratação de empresa de auditoria independente.



mar/2020

Início do Acompanhamento pelo TCU, processo TC 009.470/2020-4, do procedimento de relicitação da concessão do Aeroporto de Viracopos (VCP) instaurado pela ANAC.



mar/2024

TCU admitiu a Solicitação de Solução Consensual. **Não houve acordo** entre a concessionária e o governo federal. Os **impasses** foram as divergências em relação ao **cálculo da indenização**. O processo TC 000.016/2024-1 foi **arquivado** em out/2024.

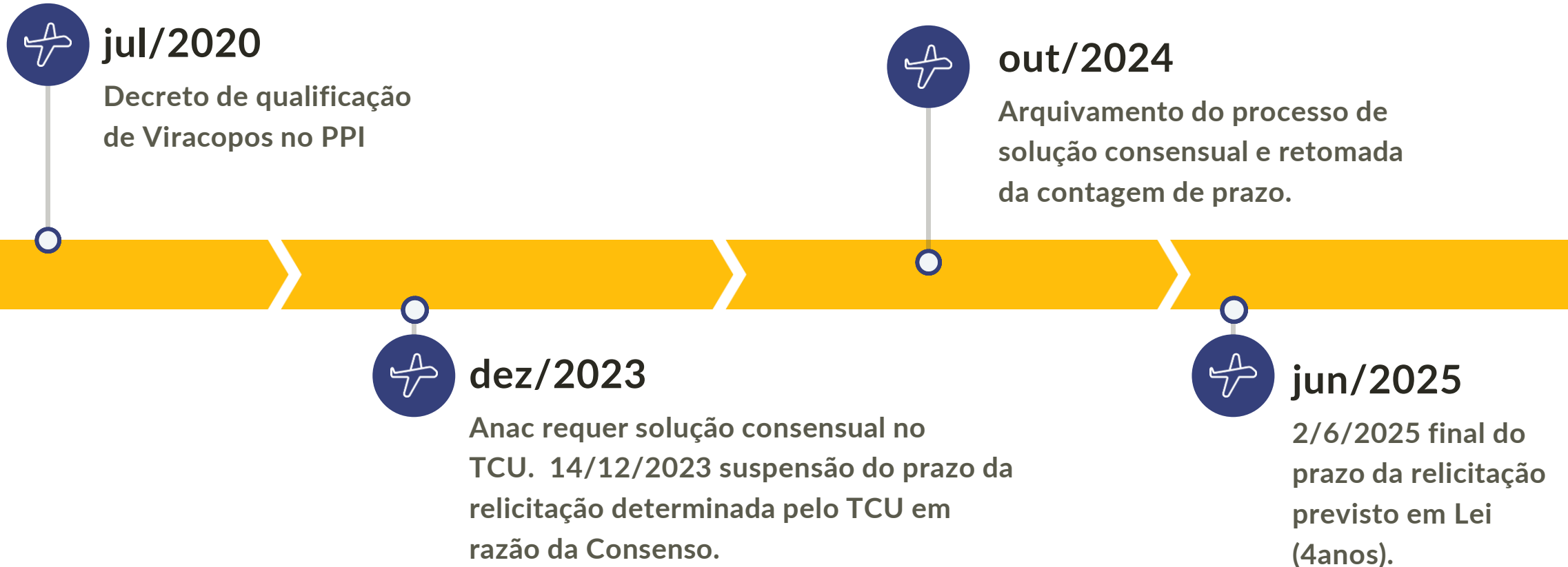


jul/2025

TCU decidiu que o prazo legal para a relicitação do aeroporto de Viracopos se encerrou em 2/6/2025.

# Linha do tempo

## Prazo da Relicitação



## Trecho do voto condutor do Acórdão 1283/2025-P:

*A exigência da certificação prévia do cálculo indenizatório não é, portanto, um capricho ou uma "obrigação não prevista em lei", mas uma **cautela indispensável para garantir a segurança jurídica**, a transparência e a atratividade do certame. Lançar um edital em um cenário de tamanha beligerância e incerteza sobre o montante da indenização seria temerário, com potencial para afugentar licitantes e gerar prejuízos à União. Fatalmente, o ambiente de litigância que tem prevalecido seria transposto para o início do novo contrato.*







# Certificação dos bens reversíveis e indenizáveis



- o levantamento dos bens reversíveis deveria estar perfeitamente definido para que se procedessem às análises de desestatização, conforme a IN-TCU 81/2018;
- privilégio à segurança jurídica submeter os valores finais da agência reguladora ao escrutínio de auditoria independente;
- o grau de certeza quanto ao montante da indenização a ser paga à concessionária atual, antes da publicação do edital;
- Os arts. 7º e 11 do Decreto 9.957/2019, de regulamentação da Lei das Relicitações, disciplina que o cálculo da indenização será certificado por empresa de auditoria independente.

**A previsibilidade regulatória é um fator determinante para a atratividade de novos entrantes no mercado**

# Diferença de postura entre as concessionárias do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante - ASGA e o Aeroporto de Viracopos - VCP

Característica	Aeroporto de São Gonçalo do Amarante (ASGA)	Aeroportos Brasil Viracopos (VCP)
Postura da Concessionária	Houve uma postura colaborativa da concessionária. Essa disposição permitiu uma abordagem mais flexível da legislação.	Postura marcada por resistência, conduta procrastinatória e litigante da concessionária ABV.
Certificação de Indenização	Exigência condicionada à efetividade do futuro contrato.	Exigência de certificação prévia à publicação do edital.
Risco de Litígio	A cooperação reduziu os riscos de litígio e incertezas regulatórias.	O processo foi marcado por ações protelatórias, uso de medidas judiciais para suspender a caducidade, e rejeição de três propostas de solução consensual.



Com base nos trechos do voto condutor do Acórdão 1283/2025-P (11/6/2025).

# O que diz a Lei de Relicitação

## Lei 13448/2017

*Art. 20. Na hipótese de não acudirem interessados para o processo licitatório previsto no art. 13 desta Lei, o contratado deverá dar continuidade à prestação do serviço público, nas condições previstas no inciso II do caput do art. 15 desta Lei, até a realização de nova sessão para recebimento de propostas.*

**§ 1º Se persistir o desinteresse de potenciais licitantes ou não for concluído o processo de relicitação no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contado da data da qualificação referida no art. 2º desta Lei, o órgão ou a entidade competente adotará as medidas contratuais e legais pertinentes, revogando o sobrestamento das medidas destinadas a instaurar ou a dar seguimento a processo de caducidade anteriormente instaurado, na forma da lei.**

*§ 2º O prazo de que trata o § 1º deste artigo poderá ser prorrogado por sucessivas vezes, desde que o total dos períodos de prorrogação não ultrapasse 24 (vinte e quatro) meses, mediante deliberação do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (CPPI).*

Lei 13448/2017

Extrapolação do  
prazo de 24  
meses + 24 meses

Caducidade



**Obrigada!**

Keyla Boaventura

Secretária de Controle Externo de Infraestrutura do TCU - SecexInfra